

ANEXO VIII

A rede PERIN — *Portugal in Europe Research and Innovation Network* e a estratégia para reforçar a participação nacional nos programas europeus nas áreas da Investigação e Inovação, Erasmus, Espaço e Digital

A rede PERIN — *Portugal in Europe Research and Innovation Network* tem sido promovida desde 2019 com o objetivo de adotar uma estratégia nacional orientada para **duplicar, em 2021-2027, a presença Portuguesa nos Programas Europeus face a 2014-2020**, e atrair cerca de **dois mil milhões de euros de financiamento da União Europeia nas áreas da Investigação e Inovação nesse período**, bem como **triplicar o nº de estudantes em mobilidades** no Ensino Superior.

Pretende-se mobilizar e articular, de forma efetiva, os recursos públicos e privados e, em particular, através dos programas de financiamento da União Europeia nas áreas da Investigação e Inovação, Erasmus, Espaço e Digital, que permitam a Portugal reforçar a excelência nestas áreas nacionais, assim como melhor se afirmar aos níveis europeu e internacional e reforçar o investimento público e privado em I&D.

Foi neste contexto que a evolução, a partir de 2019, do *GPPQ-Gabinete de Promoção do Programa Quadro*, para a rede PERIN — *Portugal in Europe Research and Innovation Network* – visou promover um melhor posicionamento de Portugal no contexto da política europeia de Investigação e Inovação, Erasmus, Espaço e Digital.

A rede PERIN envolve os parceiros institucionais Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P. (FCT), a Agência Nacional de Inovação (ANI), S.A., a Agência Espacial Portuguesa (PT Space), a Agência de Investigação Clínica e Inovação Biomédica (AICIB), a Direção-Geral do Ensino Superior (DGES) e a Agência Nacional Erasmus+ Educação e Formação, tendo por missão reforçar e duplicar a participação de Portugal no âmbito do Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027, e promover a utilização dos fundos estruturais como contrapartida nacional em todos os instrumentos que prevejam o cofinanciamento.

Esta estratégia exige uma mobilização efetiva a nível nacional de vários e diversificados atores, incluindo: a) Delegados e Pontos de Contacto Nacionais aos Programas Europeus; b) Peritos aos Programas Europeus; e c) Rede nacional de Núcleos de Promoção de Investigação e Inovação no âmbito de Programas Europeus.

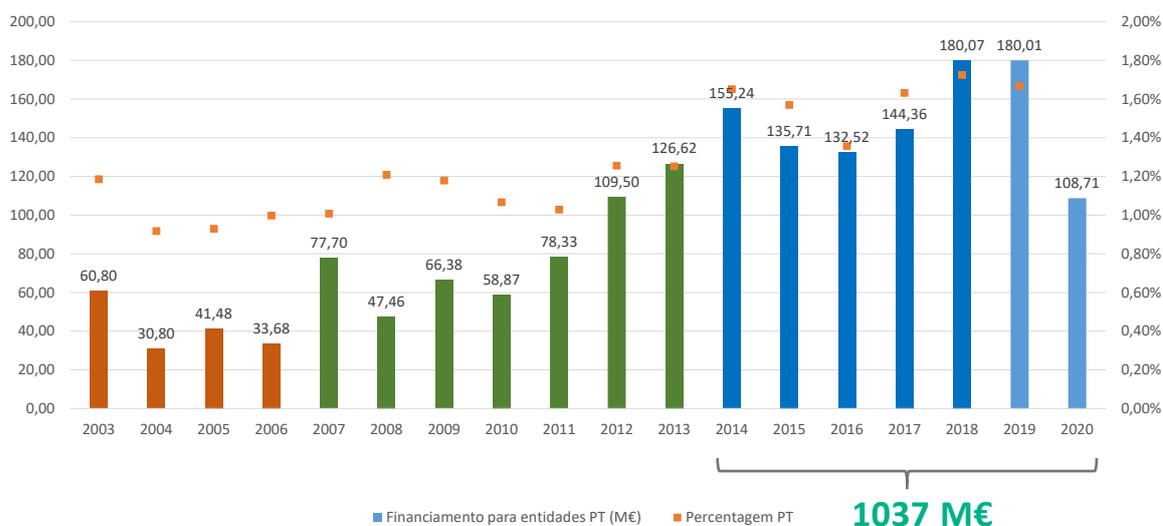
1. O Contexto geral: a participação nacional nos Programas-Quadro Europeus

1.1. Investigação e Inovação

Através do Programa Horizonte 2020 (2014-2020), as entidades portuguesas captaram, até ao final de agosto 2020, um total de financiamento de cerca de **1037 Milhões de Euros**. Este valor corresponde a uma taxa de retorno do financiamento nacional de **1,67% e**, portanto, superior à contribuição nacional para o Programa Horizonte 2020, de cerca 1,2%, assim como superior à meta de 1,5% fixada em 2014, quando do início deste Programa Quadro. Os dados relativos ao ano de 2020 são ainda provisórios pois a grande maioria dos concursos ainda não encerrou.

No âmbito do programa Horizonte 2020 a participação de entidades nacionais inclui hoje a participação em **2180 projetos**, resultantes de 15120 propostas submetidas, correspondendo a uma taxa de sucesso de 14% face a uma taxa média de sucesso de 13% para o global da União Europeia.

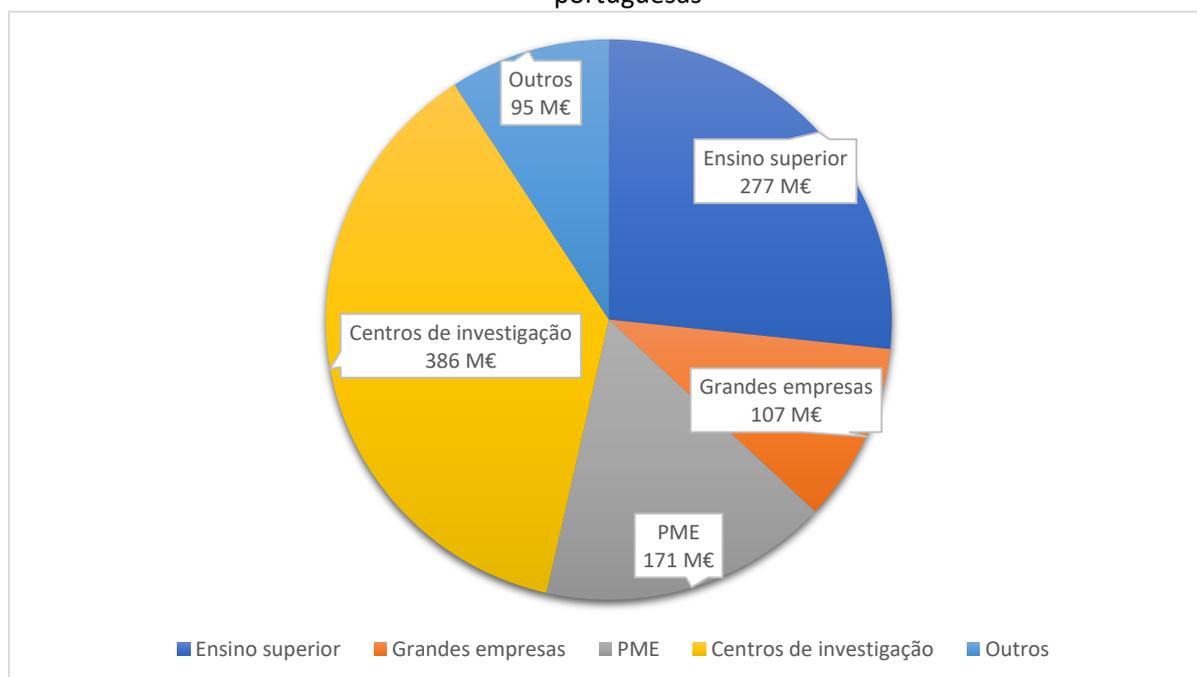
Figura 1. Evolução do financiamento europeu captado por instituições portuguesas



Fonte: ANI, setembro 2020; Dados de 2020 apenas referentes ao 1º semestre de 2020

No que respeita à distribuição do financiamento por tipologia de instituições participantes no Horizonte 2020, observa-se que as instituições científicas e de ensino superior são os principais beneficiários, com cerca de 64% (663 M€) de todo o financiamento atribuído a Portugal. As PME atraíram 17% (171 M€) e as grandes empresas cerca de 10% (107 M€).

Figura 2. Distribuição do financiamento europeu captado por tipologia de instituições portuguesas



Fonte: ANI, setembro 2020

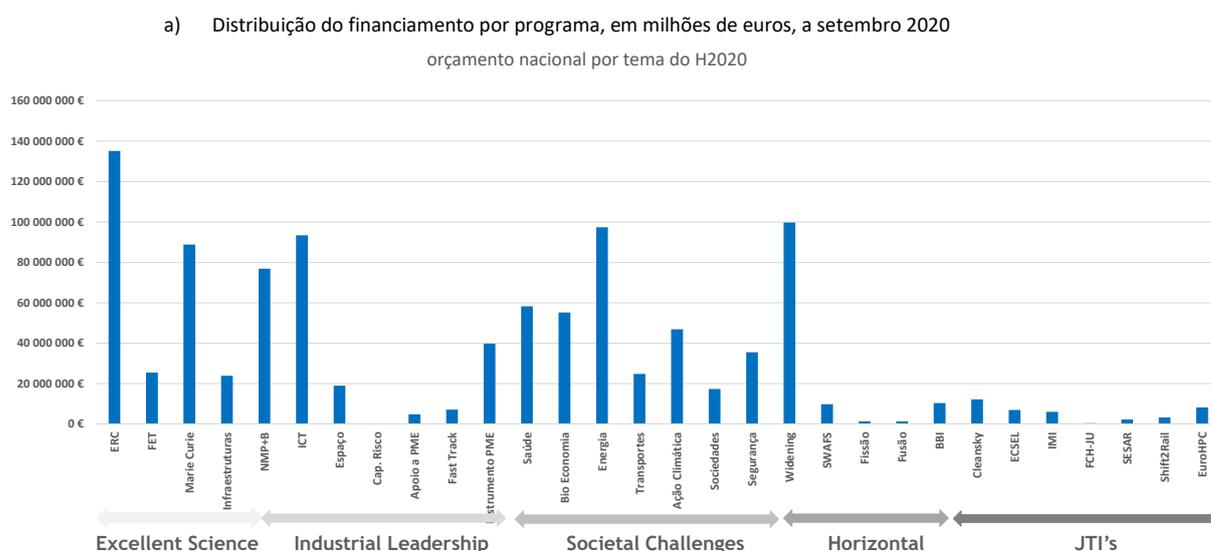
A Figura 3 ilustra os programas específicos e temas associados à participação nacional, com alguns temas claramente acima da média nacional (1,64%), incluindo:

- Nano tecnologias, matérias avançadas e biotecnologia;
- Tecnologias de informação e comunicação;
- Espaço e sistemas espaciais;
- Apoio a PME
- Bio economia e sistemas para a economia circular;
- Energia e redes inteligentes de energia;
- Ação climática
- Segurança
- Computação avançada (Euro HPC).

Pelo contrário, é claro que a participação nacional tem sido relativamente fraca no âmbito das grandes parcerias industriais europeias constituídas através de “Iniciativas Tecnológicas Conjuntas” (i.e., “JTIs”) nas áreas da aeronáutica (i.e., CleanSky), eletrónica (i.e., ECSEL), medicamentos e farmacêutica (i.e., IMI), e sistemas ferroviários (i.e., “Shift2Rail”).

Deve ser salientado que na área do Espaço, entre 2014 e 2019, Portugal atraiu 17.25M€ de financiamento, representando uma taxa de retorno de 2.02% (Figura 4). Os projetos relacionados com o programa Copernicus representam cerca de 45% do financiamento captado, seguidos do desenvolvimento de tecnologias espaciais (23%) e o programa SST – “Space Surveillance and Tracking” (com 12%). Nesta área o sector industrial obteve 45% do financiamento estando distribuído entre 30% para grandes empresas e 15% para PME. As instituições científicas e académicas obtiveram 17% e outras entidades, entre as quais entidades públicas como a DGPM e o MDN, obtiveram 34%.

Figura 3. Distribuição do financiamento europeu captado por instituições portuguesas por programa



b) Distribuição do financiamento por programa, em termos da taxa de retorno de financiamento, a setembro 2020

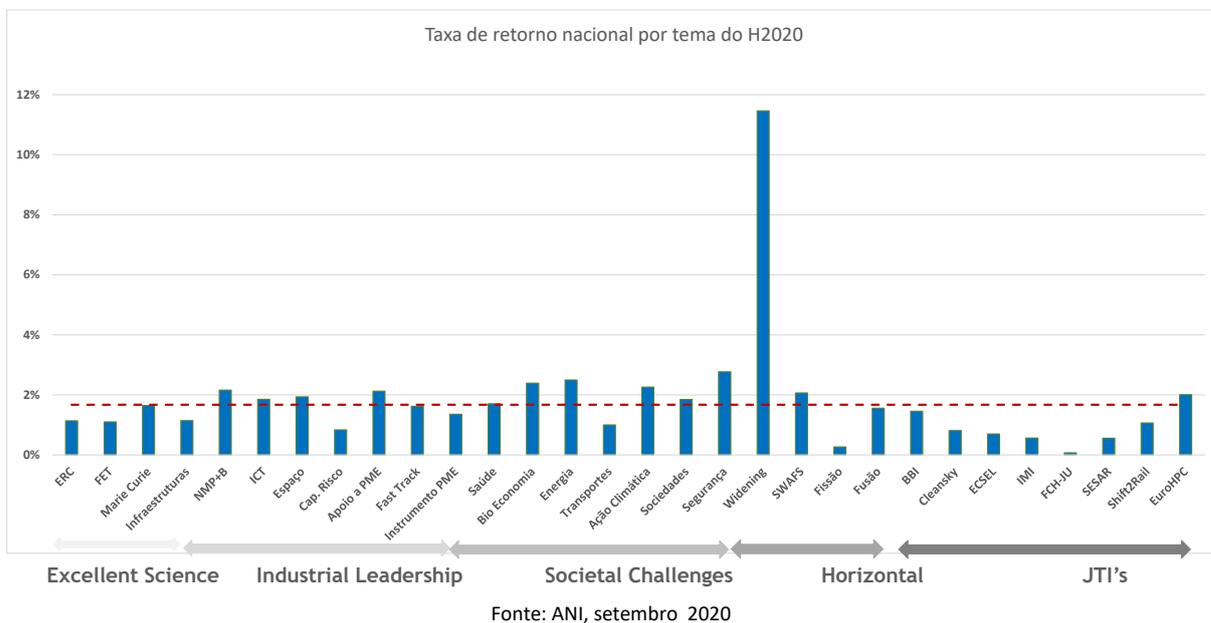
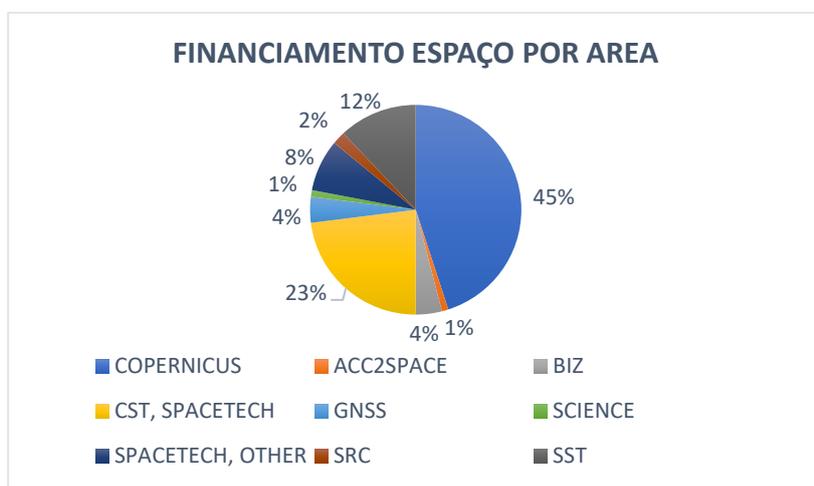


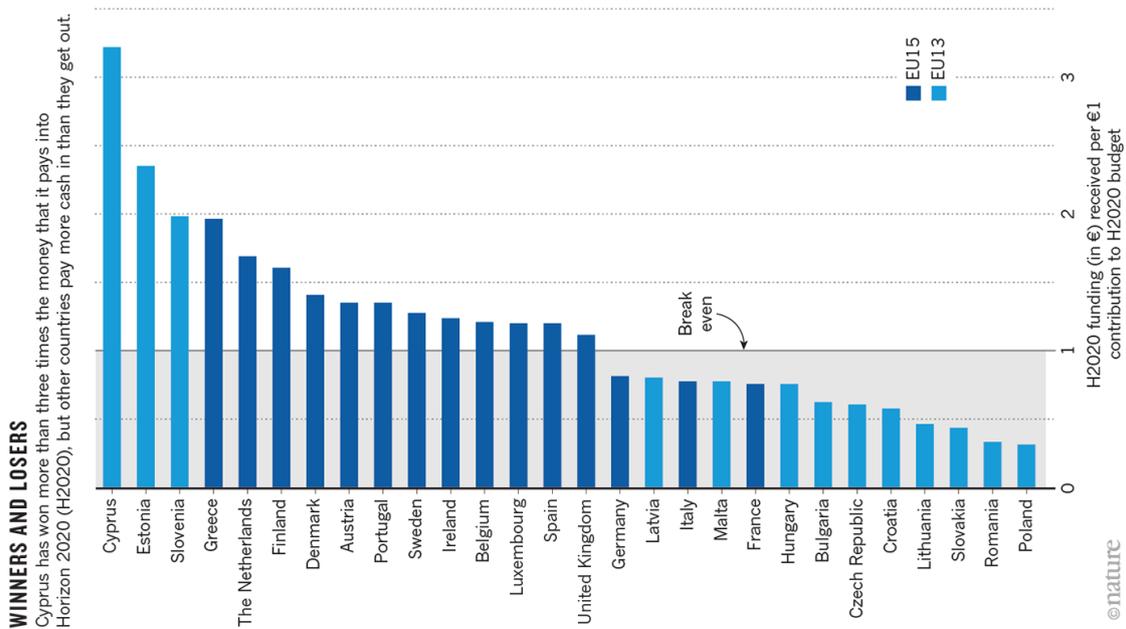
Figura 4: Financiamento no setor Espaço por área (Fonte: ANI,)



Finalmente, a análise regional mostra que 73% do financiamento europeu foi captado por instituições sediadas na região de Lisboa, tendo o restante financiamento sido captado por instituições sediadas nas regiões Norte e Centro, com um contributo residual para os Açores.

Deve ainda ser notado que no âmbito do Programa H2020, Portugal é o nono estado membro com maior retorno positivo, como ilustrado na Figura 5 ¹.

Figura 5. Taxa de retorno de financiamento europeu, por estado membro, a setembro 2020



1.2 Mobilidade e parcerias europeias no Ensino Superior

A participação nacional no “Programa Erasmus+” é gerida e promovida pela “Agência Nacional para a Gestão do Programa Erasmus+ Educação e Formação”, doravante designada por “Agência Erasmus+” cujo papel na promoção da cooperação europeia na área do ensino e formação profissional, e sobretudo da mobilidade para fins de aprendizagem, interessa reforçar no próximo Quadro Financeiro Plurianual para o período 2021-2027.

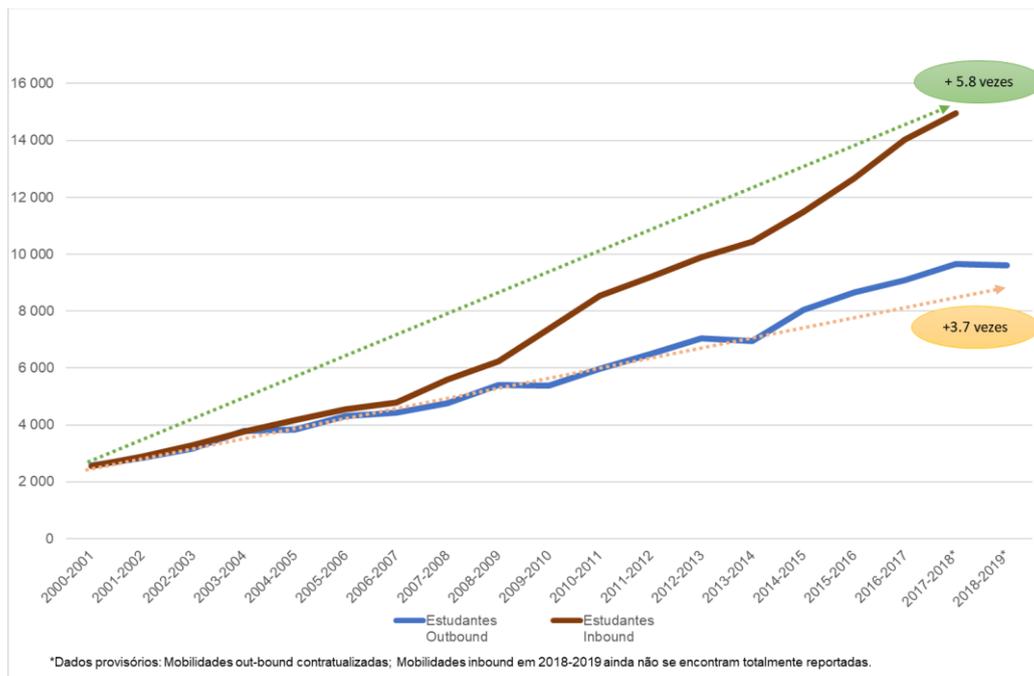
O Programa Erasmus+ constitui um elemento central na construção e desenvolvimento da identidade europeia, atuando sobretudo ao nível da mobilidade para fins de aprendizagem, sobretudo de estudantes, formandos e docentes e na promoção de redes europeias de educação e formação.

O sucesso do Programa Erasmus+ no ensino superior constitui um sinal claro, quer do reconhecimento pelos estudantes portugueses nas vantagens académicas, profissionais e pessoais que advém do intercâmbio com instituições de ensino superior estrangeiras, quer da confiança dos estudantes estrangeiros na qualidade e inovação das instituições de ensino superior portuguesas. De facto, nos últimos vinte anos:

¹ <https://media.nature.com/original/magazine-assets/d41586-019-01566-z/d41586-019-01566-z.pdf>

- os **estudantes portugueses a estudar na Europa ao abrigo de programas de mobilidade aumentou cerca de cinco vezes, de cerca dois mil estudantes no ano 2000 para dez mil estudantes no ano 2020,**
- os **estudantes estrangeiros a estudar em Portugal ao abrigo de programas de mobilidade aumentou cerca de seis vezes, de cerca dois mil estudantes para quinze mil estudantes no mesmo período temporal.**

Figura 6. Evolução do total de mobilidades Erasmus de Portugal (“outbound”) e para Portugal (“Inbound”), 2000-2020



Este aumento está associado ao reconhecimento crescente de um sistema de ensino superior progressivamente integrado em redes europeias e orientado para a excelência, devendo continuar a reforçar este trajeto. O estímulo à integração em redes europeias é cada vez mais crítico para o aumento da qualidade, inovação e excelência dos estudantes e das instituições de ensino superior portuguesas.

A participação nacional através no programa Erasmus+ garantiu um financiamento total de **171 milhões de euros** entre 2014 e Julho de 2020, desagregados da seguinte forma:

- Mobilidade (KA103 – Student and staff mobility) – 131 M€
- Mobilidade de créditos (KA107- International credit mobility) – 28 M€
- Parcerias estratégicas (KA203 – Strategic partnerships) – 12 M€

Tabela 1. Súmula da evolução da participação nacional no Programa ERASMUS + (Candidaturas submetidas e aprovadas), a Julho 2020

Programa ERASMUS+ 2014-2020 OVERVIEW - ENSINO SUPERIOR									
Action Type	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020*		
KA103 - Higher education student and staff mobility	Nº Candidaturas Submetidas (received)	90	86	84	81	84	85		89
	Nº Candidaturas Aprovadas (awarded)	89	86	83	78	84	85		89
	Nº Candidaturas Aprovadas (S/ Financiamento - lista de reserva)	0	0	0	0	0	0		n/d
	Nº Candidaturas Aprovadas (C/ Financiamento - contracted)	88	84	83	77	83	84		89
	Grants (contracted)	14 830 712,04 €	14 787 676,80 €	15 368 547,73 €	17 750 256,28 €	20 257 464,91 €	23 513 801,24 €	24 832 135,00 €	
	Grants (realised)	13 520 599,24 €	13 616 783,34 €	14 744 530,60 €	15 920 719,98 €	n/d	n/d	n/d	
	Partic. (contracted)	8 060	8 891	10 137	11 572	11 873	12 574	13 511	
	Org. (contracted)	88	84	83	77	83	84	89	
KA107 - Higher education student and staff mobility between Programme and Partner Countries**	Nº Candidaturas Submetidas (received)	n/a	33	33	31	40	40		41
	Nº Candidaturas Aprovadas (awarded)	n/a	13	16	24	26	28		37
	Nº Candidaturas Aprovadas (S/ Financiamento - lista de reserva)	n/a	7	0	0	0	7		n/d
	Nº Candidaturas Aprovadas (C/ Financiamento - contracted)	n/a	13	16	23	25	28		37
	Grants (contracted)	n/a	3 187 705,96 €	3 589 656,00 €	3 902 896,00 €	4 485 667,00 €	6 466 103,00 €	6 748 899,00 €	
	Grants (realised)	n/a	3 155 376,96 €	3 526 503,00 €	3 056 479,00 €	n/d	n/d	n/d	
	Partic. (contracted)	n/a	961	981	1 410	1 439	2 096	2 421	
	Org. (contracted)	n/a	13	16	23	25	28	37	
KA203 - Strategic Partnerships for higher education	Nº Candidaturas Submetidas (received)	37	34	40	26	31	50		49
	Nº Candidaturas Aprovadas (awarded)	2	3	2	6	6	8		n/d
	Nº Candidaturas Aprovadas (S/ Financiamento - lista de reserva)	26	28	33	13	18	17		n/d
	Nº Candidaturas Aprovadas (C/ Financiamento - contracted)	2	3	2	6	6	8		n/d
	Grants (contracted)	892 730,00 €	1 062 486,00 €	828 341,00 €	1 722 385,00 €	1 760 411,00 €	2 734 294,00 €	2 518 988,00 €	
	Grants (realised)	854 345,04 €	962 716,91 €	820 466,37 €	305 390,00 €	n/d	n/d	n/d	
	Partic. (contracted)	286	821	699	1 792	1 369	2 557	n/d	
	Org. (contracted)	25	20	23	34	30	53	n/d	

*Dados provisórios

** KA107 teve início em 2015

Fonte: Erasmus+ Dashboard, 8 Julho 2020; EC BO EP012, 8 julho 2020; EC BO, 10 julho 2020; E+ Link, 10 julho 2020.

As ações centralizadas que são geridas pela Agência Executiva do Programa ERASMUS em Bruxelas (EACEA) incluem três tipologias de ações, como descrito abaixo.

- KA3 - Apoio às reformas de políticas, que atribui financiamento para uma ampla variedade de ações destinadas a estimular o desenvolvimento de políticas inovadoras, o diálogo e a implementação de políticas e o intercâmbio de conhecimentos nos campos da educação, formação e juventude.
- Programas Conjuntos de Mestrado - Erasmus Mundus

Tabela 2. Programas Conjuntos de Mestrado - Erasmus Mundus

Erasmus Mundus Joint Masters (2014-2020)						
	Total cand aprovadas	Aprovadas c/ part de PT	Coord PT	financiamento global	Participantes PT	Total participantes PT
2014	11	3	1	17.3 Mio	IST, IPTomar, Lusófona (coordena)	3
2015	15	4	0	44.9 Mio	U.Minho, UCP,U.Lisboa,U. Porto	7
2016	27	6	1	78.8 Mio	U.Coimbra, UNL (2), U.Porto, IPCoimbra,Inst Univ Lisboa (coordena), U. Algarve	19
2017	38	11	2	112.6 Mio	U.Évora,COFAC (2, coordena1),IPSantarém, U Algarve (2),Inst Univ Lisboa,UCP,U.Aveiro,U.Coimbra, U. Lisboa(coordena), UNL	42
2018	45	14	2	152 Mio	U.Minho (2 coordena 1), U. Coimbra(3),U.Évora(coordena),IST(2), IPlisboa, IP Tomar, U. Lisboa (3), U. Porto (2), Inst Nac Invest Agrária(2), Casa Árabe, Inst Univ. Lisboa	51
2019	48	10	1	178 Mio	U.Coimbra,U.Minho,IPTomar,U.Porto(3),U.Lisboa,C OFAC (coordena), IPCoimbra, U. Algarve	s.d
2020*	3	1	0	4.8 Mio	UNL	s.d
* call especial para EMJM com Japão						
dados extraídos dos resultados publicados pela EACEA						

- Redes de Universidades Europeias

Relativamente aos 2 concursos lançados no quadro da fase piloto das redes das universidades europeias, sendo que no primeiro concurso foram submetidas 54 candidaturas e aprovadas 17 Redes. Portugal apresentou candidatura (como parceiro) em 16 e obteve financiamento em 3 (Universidade de Aveiro, Universidade do Porto e Universidade de Lisboa (através do Instituto Superior Técnico) não coordenando nenhuma das redes. O envelope financeiro para o período de 3 anos foi de 85 milhões (5 M € por rede).

Na segundo concurso foram apresentadas 62 candidaturas e aprovadas 24 Redes. Portugal participou em 21 candidaturas na qualidade de parceiro e de coordenador, tendo obtido financiamento em 6

com coordenação de 2 com uma participação de 7 IES (7 IES (Instituto Politécnico do Porto, Instituto Politécnico de Setúbal, Universidade de Coimbra, Universidade Lusófona, Instituto Politécnico de Leiria e Instituto Politécnico do Cávado e do Ave no mesmo consórcio, a Universidade da Beira Interior.

Até ao final de 2020 estarão em funcionamento 41 redes com mais de 280 Instituições de Ensino Superior envolvidas em toda a Europa, e um financiamento total de cerca de 287 milhões de euros sendo o financiamento por rede, para 3 anos, de até 5 milhões via Programa Erasmus+ e de até 2 milhões via Programa Horizonte 2020.

2. Principais metas a atingir, 2021 e 2027

2.1. Investigação e Inovação

Meta a atingir:

- FP9 – Horizonte Europa e outros (2021-2027): **duplicar a participação nos Programas Europeus, de modo a atrair dois mil Milhões de Euros para Portugal em I&D.**

No período de programação 2021-2027, Portugal tem como objetivo duplicar a presença Portuguesa nos Programas Europeus atingindo cerca de dois mil milhões de euros no final dos 7 anos. No futuro Horizonte Europa a grande maioria do financiamento estará alocado a concursos competitivos abertos, mas Portugal terá um desafio acrescido em aumentar a sua participação nas denominadas Parcerias Europeias.

Neste momento, estão ainda a ser discutidas as 49 Parcerias Europeias com potencial de serem consideradas no 1º período de programação do Horizonte Europa. Só com um significativo esforço de aumento de captação de verbas nas denominadas parcerias institucionalizadas (e.g., JTI) será possível atingir a meta proposta, sendo necessário aumentar a captação de verbas neste segmento do Horizonte.

Figura 7. Parcerias europeias em discussão para 201-27

Horizonte Europa (2021-2027) – Parcerias Europeias (em discussão)

Cluster 1	Cluster 4	Cluster 5	Cluster 6	Other
EU-Africa Global Health Partnership	High Performance Computing	Transforming Europe's rail system	Accelerating farming systems transition: agro-ecology living labs and research infrastructures	Innovative SMEs
Innovative Health Initiative	Key Digital Technologies	Integrated Air Traffic Management	Animal health: Fighting infectious diseases	European Science Cloud (EOSC)
European partnership for chemicals risk assessment	Smart Networks and Services	Clean Aviation	Environmental Observations for a sustainable EU agriculture	+ 8 existing EIT KICs
Pre-clinical/clinical health research	AI, data and robotics	Clean Hydrogen	Rescuing biodiversity to safeguard life on Earth	
Large-scale innovation and transformation of health systems in a digital and ageing society	Clean Steel - Low Carbon Steelmaking	Built environment and construction	A climate neutral, sustainable and productive Blue Economy	+ KIC Cultural and Creative Industries
Personalised Medicine	European Metrology	Towards zero-emission road transport (2ZERO)	Safe and Sustainable Food System for People, Planet & Climate	
Rare Diseases	Made in Europe	Mobility and Safety for Automated Road Transport	Circular bio-based Europe	
+ AntiMicrobial Resistance	Carbon Neutral and Circular Industry	Batteries: Towards a competitive European industrial battery value chain	Water4All: Water security for the planet	
+ Preparedness and Societal Resilience	Global competitive space systems	Clean Energy Transition		
		+ Smart Cities and communities		
		+ Zero emission waterborne transport		

44+5

Fonte: ANI, setembro 2020

Ações a implementar:

- Continuar a reforçar a ação efetiva do PERIN, designadamente através dos Pontos de Contacto Nacionais (NCP) no terreno e da consolidação da rede de gabinetes nas instituições de ensino superior, de investigação, empresas e associações, assim como do reforço da rede de “ILOs – *Industrial Liaison Officers*”, reforçando a participação de Portugal nas grandes parcerias europeias;
- Garantir a articulação com fundos estruturais;
- Reforçar a participação de empresas, tecnológicas e de setores tradicionais, em todas as parcerias, com um acompanhamento mais direto da evolução das parcerias e reuniões com os elementos da rede nas empresas;
- Garantir a participação efetiva de instituições nacionais nas missões do Horizonte Europa;
- Atuar junto dos Laboratórios Associados, unidades de I&D, Laboratórios Colaborativos (CoLabs), Centros de Interface (CIT) e Clusters setoriais para os incentivar à participação em projetos europeus;
- Potenciar a articulação com os ministérios setoriais para reforçar a participação efetiva e significativa das suas instituições no Horizonte Europa e nas Parcerias Europeias;

2.2. Programa Erasmus

A proposta de regulamento do Programa Erasmus+ 2021-2027, onde se inclui a distribuição do orçamento por setores e ações, ainda não foi aprovada. A ser conseguida durante a atual presidência alemã do Conselho da UE, caberá à presidência portuguesa o lançamento do programa, no primeiro semestre de 2021-2027.

Na sequência das conclusões do Conselho Europeu (EUCO 10/20) e consequente redução do QFP, a ambição de quase triplicar o financiamento do Erasmus+ de cerca de 18 mil milhões € em 2014-2020 para 47 milhões € em 2021-2027, foi corrigida para 24 milhões €, representando um aumento de apenas de 30% em relação a 2014-2020.

Este quadro tornou necessário o ajustamento ainda em curso nos valores anteriormente previstos por setores e ações, redobrando o nível de exigência para alcançar as metas ambiciosas preconizadas pelo Erasmus+ para 2021-2027. Neste contexto, **a ambição das instituições nacionais deve ser mantida em termos de triplicar a mobilidade de estudantes e reforçar a participação Portuguesa na iniciativa das Universidades Europeias.**

É neste âmbito que a transição entre o atual Programa Erasmus+, em conclusão até ao final de 2020, e o próximo Programa Erasmus+ para o período 2021-2027 deve ser acompanhada pela modernização e reforço das ações desenvolvidas no âmbito do atual programa, garantindo uma dimensão estratégica e uma estrutura organizativa e de gestão que consiga refletir os desafios crescentes que se colocam ao desenvolvimento do programa e, sobretudo, ao reforço da participação de Portugal.

Neste sentido, a Agência Erasmus+ foi solicitada de preparar até ao final de 2020 **um plano de transição entre o atual Programa Erasmus+, que agora finda, e o Programa Erasmus+ 2021-2027**, de modo a considerar uma proposta de organização da entidade de gestão, a nível nacional, do

Programa Erasmus+ 2021-2027 na dimensão de educação e formação, adequada ao prosseguimento dos seguintes objetivos:

- a) **Aumentar a mobilidade de estudantes do ensino superior**, de Portugal para o estrangeiro e do estrangeiro para Portugal, reforçando e diversificando o atual padrão de mobilidade e países de origem e destino dos estudantes;
- b) **Estimular a diferenciação dos padrões de mobilidade entre universidades e politécnicos**, especializando e diversificando a mobilidade de ambos os tipos de instituições;
- c) **Reforçar a atração de luso-descendentes** para as instituições de ensino superior portuguesas, em especial através do programa “Estudar e Investigar em Portugal”, com ênfase nas regiões europeias com elevada concentração de emigrantes portugueses;
- d) **Reforçar e modernizar os acordos institucionais** e ligações entre as instituições de ensino superior nacionais e as congéneres europeias para a mobilidade de estudantes e docentes;
- e) **Incentivar a constituição e a participação nas redes europeias** de instituições de ensino superior, designadamente em harmonia com os objetivos da iniciativa “Universidades Europeias”;
- f) **Reforçar, modernizar e promover a rede de gabinetes Erasmus+** em todas as instituições de ensino superior;
- g) **Promover parcerias estratégicas** para a mobilidade entre operadores nacionais e europeus de ensino e formação profissional, tendo em vista, o incremento da mobilidade, através do estabelecimento de acordos de aprendizagem sólidos, que, designadamente, salvaguardem o reconhecimento das aprendizagens realizadas;
- h) **Implementar mecanismos regulares de monitorização e divulgação** da gestão do Programa a nível nacional e de divulgação pública da correspondente informação.

Metas a atingir:

- reforçar a participação Portuguesa nas “redes europeias de universidades”;
- Triplicar a mobilidade, *incoming* e *outgoing*, no período 2021-27, face ao período 2014-20.
- Reforçar as sinergias dos mestrados no Erasmus+, nos doutoramentos, nas bolsas Marie Curie - MSCA e nas redes das Universidades europeias, incluindo oferta de graus conjuntos europeus;
- Reforçar a participação nacional na dimensão externa do programa, incluindo na cooperação com África.

Ações a implementar:

- Reforço das ações de promoção para a mobilidade, junto das IES e junto dos estudantes do Ensino secundário (11º e 12º ano)
- Ações de divulgação mais alargadas da iniciativa das redes de Universidades europeias;
- Apoio adicional da FCT às universidades portuguesas já selecionadas no contexto da Redes de Universidades Europeias para a concessão de bolsas de doutoramento;
- Reforço das sinergias entre as ações a promover no quadro das atividades da Agência Nacional Erasmus +, Rede PERIN e “Iniciativa Study & Research in Portugal” (www.study-research.pt), na atração de mais estudantes via promoção do ensino e investigação em PT.
- Reforço das ações de promoção para uma maior participação nacional em programas de mestrado e doutoramentos conjuntos, potenciando as ligações entre o Programa Erasmus + e as ações Marie Curie – Mestrados e Doutoramentos conjuntos

2.3. Programa Espaço da UE

A participação de Portugal no futuro Programa Espaço da UE (2021-27) está a ser preparada desde 2020 pela Agência Espacial PT Space de modo a valorizar o posicionamento Atlântico de Portugal no Mundo, potenciando a atração de financiamento e mobilizando diversos atores, tanto nacionais como internacionais, em termos de uma abordagem inovadora e integrativa, assim como valorizando a copresidência portuguesa do Conselho da Agência Espacial Europeia, ESA (2020-23).

O Programa Espaço da UE é dividido em 4 componentes:

- d) Navegação – Galileo / Egnos
- e) Observação da Terra – Copernicus
- f) Comunicações – GOVSATCOM
- g) Space Situational Awareness (SSA) que inclui:
 - Space Surveillance and Tracking (SST)
 - Space Weather (SW)
 - Near Earth Objects

A tecnologia, dados e serviços associados aos recursos espaciais têm um papel essencial na estratégia europeia, sendo a Europa um dos líderes mundiais na indústria espacial. A relevância deste sector na economia europeia é reconhecida, verificando-se um incremento de investimento ao longo dos últimos programas de financiamento.

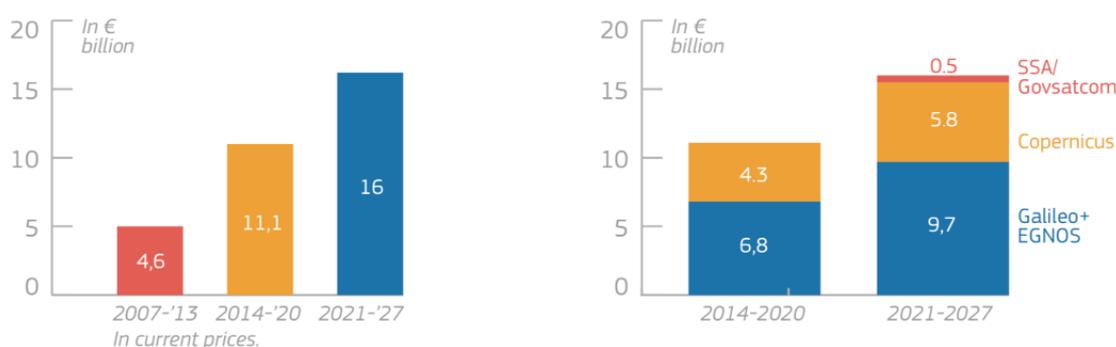


Figura 8: Orçamento estimado para o Programa Europeu do Espaço
Fonte: EU Budget for the future, The EU Space Programme; ET-01-18-584-EM-N doi:10.2873/045582

Para o período 2021-2027, e ainda num cenário em discussão, a Comissão Europeia planeia alocar 9.700M€ (61%) para os programas Galileo e EGNOS, 5.800M€ (36%) para o Copernicus e 500M€ (3%) para os futuros SSA e GOVSATCOM (com divisão desconhecida).²

Estes valores correspondem a uma proposta inicial de orçamento, feita em 2018, de 16b€ (em valores atuais), revista pela presidência Finlandesa no final de 2019, onde se reduzia a proposta de financiamento para o Programa Espaço para 12.7b€ (valores referentes a 2018)³. A informação mais atualizada, de 27 de Maio de 2020, refere que a proposta da Comissão, que se encontra atualmente em negociação, considera um orçamento de 14.87b€ (valores atuais) não estando ainda definida a verba alocada a cada programa específico (*nota: Esta informação foi disponibilizada verbalmente em reunião informal a 16 Junho de 2020 aquando o PB-EO/Copernicus*

² [https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document.html?reference=EPRS_BRI\(2018\)628300](https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document.html?reference=EPRS_BRI(2018)628300)

³ <https://www.europarl.europa.eu/legislative-train/theme-new-boost-for-jobs-growth-and-investment/file-mff-eu-space-programme>

Committee Seminar on Copernicus evolution, realizada pela Comissão Europeia). Embora haja ainda alguma incerteza relativamente aos valores finais, importa desde já estabelecer estratégias para garantir ou fortalecer a presença de Portugal nos vários subprogramas do Programa Espaço.

Metas a atingir

- Garantir a implementação adequada do programa SST em PT em articulação com o Ministério da Defesa;
- Garantir o envolvimento mais direto de entidades nacionais nos serviços do Copernicus, assim como estimular novas oportunidades no âmbito do Galileo e Govsatcom;
- Criação de novas empresas, expansão das atuais e captação de investimento direto estrangeiro, aumentando a faturação do setor de 40-50 milhões de euros para 500 Milhões Euros até 2030, como considerado na estratégia nacional para o Espaço;
- Promover a agenda “Interações Atlânticas”, sobretudo com o reforço das atividades de Observação da Terra, com particular foco nos oceanos, tendo em vista a resolução de problemas sociais como prevenção de catástrofes e alterações climáticas, em Portugal e noutros países, com destaque para África.
- Promoção do programa “Azores ISLP; através da atração de fundos públicos e privados, nacionais e europeus, para participar a construção e promoção do futuro porto espacial dos Açores (em articulação com o programa “Horizon Europe”);

Ações

- ações a ser adequadas a cada um dos subprogramas e articuladas entre a agência PT Space, a ESA e a CE;
- articulação na captação de fundos de financiamento europeus adicionais, em complementaridade com a participação nacional na ESA;

2.4 CEF 2 (Connecting European Facility – Telecom)

O Programa CEF-Digital (CEF2: 2021-2027), ainda em discussão, com um orçamento total⁴ entre 9 e 11 B €, vai considerar dois pilares:

- **Pilar I – Infraestruturas 5G:** Corredores 5G (transportes), conectividade Gigabit e 5G *Smart Communities/* propulsores socioeconómicos.
- **Pilar II – Infraestruturas de dados transnacionais:** Cabos submarinos de importância estratégica, conectividade terabit para HPC, Pan-European Cloud Federation e Infraestruturas de Comunicações Avançadas (como QCI).

⁴ Orçamento CEF-Digital:

MFF – CEF- Digital: 2 B €

Recovery and Resilience Facility (Next Generation EU): 3.3 – 6.3 B € (para Implementação infraestrutura 5G e conectividade)

InvestEU (Next Generation EU, financiamento privado): 3.6 – 5 B €

Ações a implementar

- Promoção das oportunidades de financiamento do programa no âmbito do Pilar II (Infraestruturas de dados transnacionais), junto da comunidade nacional, com atividades de apoio às candidaturas e participação no programa.
- Promover e reforçar a participação de entidades/iniciativas nacionais, através da promoção da sua articulação com outras entidades e infraestruturas chave.
- Prioridades a assegurar:
 - Conectividade estratégica de terabit para HPC (associado ao EuroHPC).
 - Redes estratégicas (a nível do “esqueleto”) para a conectividade transfronteiriça e sustentável das federações cloud.
 - Conectividade submarina de importância estratégica.

Metas a atingir, 2020 e 2027

- Aumento da cobertura de fibra e **conectividade 5G** em residências, empresas, instituições de ensino, centros de saúde e outros propulsores socioeconómicos, localizados em áreas onde essas redes não existem e onde o apoio público é necessário. Espera-se que proporcione também um estímulo a aplicações 5G inovadoras, no âmbito das comunidades inteligentes e de negócios.
 1. Alargamento da conectividade 5G a **corredores de transportes transfronteiriços** (ininterruptos), com aplicação, por exemplo à mobilidade automatizada conectada.
 2. Implementação de conectividade crítica terabit, de última geração, entre infraestruturas de importância europeia estratégica como clouds, infraestruturas de dados, e computação de alto desempenho (HPC). A implementação da **conectividade HPC** irá permitir, por exemplo, a implementação de várias aplicações de Inteligência Artificial, com uso intensivo de dados. O objetivo é tornar a capacidade computacional exascale acessível a todos os Estados-Membros e utilizadores, incluindo os industriais.
- Promover Portugal como o centro de amarração de cabos submarinos estratégico para assegurar a ligação intercontinental da América e África à Europa. Esta rede de cabos submarinos renovados irá permitir acessos de internet de alta velocidade a cidadãos e empresas localizadas em áreas remotas ou ilhas, assegurando ao mesmo tempo ligações intercontinentais à rede EU. Nesse âmbito, é importante assegurar o financiamento para a renovação e implementação da rede de cabos submarinos Madeira-Açores-Portugal Continental (liderado pela ANACOM).
- Promoção indireta do *European Green Deal* e dos objetivos de descarbonização da UE, apoiando infraestruturas inteligentes de TIC verdes, através da utilização de redes de fibra óptica com eficiência energética e redes de alta capacidade de ponta, incluindo 5G, como facilitadores para a sustentabilidade ambiental de muitas atividades sociais e económicas.

2.5 Programa Europa Digital

O reforço e alargamento do âmbito da implementação do Programa Portugal Digital, designadamente através da iniciativa INCoDe.2020, tem por base uma estratégia nacional para garantir uma participação efetiva nas ações do DEP desde o seu início, consentâneas com as estratégias nacionais de competências digitais, Inteligência Artificial (IA) e computação avançada, em estreita e continuada articulação entre o Governo, a administração pública e as empresas, para além das instituições académicas e científicas, assim como instituições de interface.

Atualmente o DEP assenta em 5 objetivos específicos: 1 - Computação de Alto Desempenho; 2 - IA, Dados e Cloud; 3 - Cibersegurança; 4 - Competências Digitais Avançadas e, por último, o objetivo transversal 5 - Transformação Digital e Interoperabilidade, no qual se insere a implementação dos Digital Innovation Hubs.

O DEP inclui *procurements* (em especial no 1), mais de 30 ações co-financiadas a 50/75% e 10 financiadas a 100%. Este programa é complementar com outras fontes de financiamento:

- *Horizon Europe* (Cluster 1, Pilar IV - área Digital)
- CEF 2 (Conetividade; 5G; cabos submarinos)
- *Health (DataSpaces, telemedicina)*
- Fundos de coesão (conetividade digital em áreas *white/grey, smart specialization, competências digitais para todos*),
- Fundos para a agricultura (utilização de *big data* para monitorização CAP, banda larga em áreas rurais)

Desde 2019 que o DEP está a ser acompanhado por representantes nacionais nas reuniões de trabalho pela FCT, ANI, AMA, ANACOM e IAPMEI. No caso dos DIHs (SO5) estes estão a ser dinamizados pela parceria DGAE, ANI e COTEC.

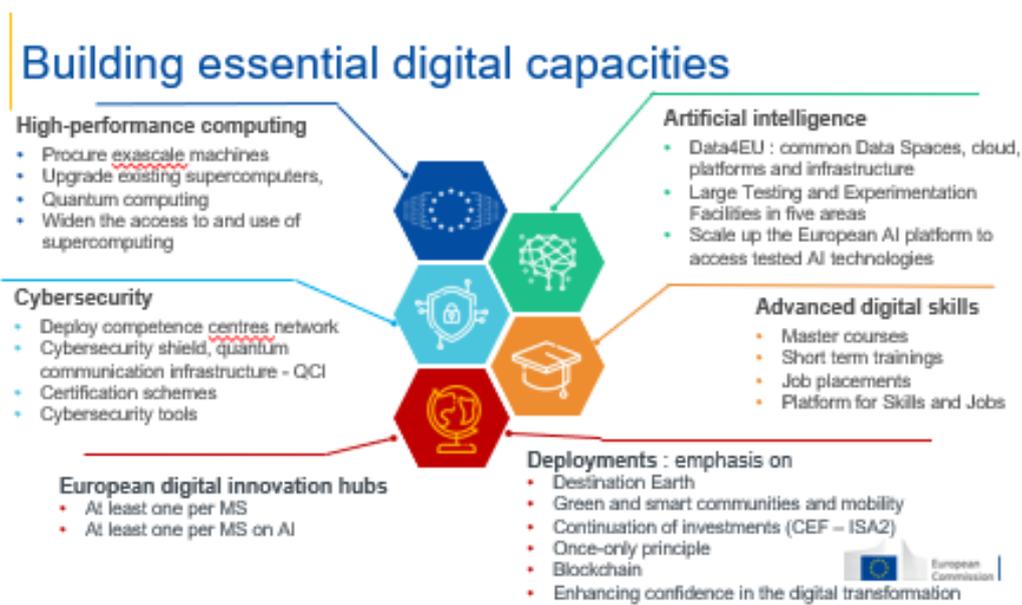


Figura 9. Diagrama com os 5 Objetivos Específicos (SO, *Specific Objectives*) e ações principais do DEP.
Fonte: DEP Expert Group meeting, julho 2020

Supercomputação (HPC)

Introdução

A computação de alto desempenho ou *High Performance Computing* em Portugal conta já com vários anos e um crescente número de utilizadores. Com o apoio às infraestruturas já existentes, a criação do *Minho Advanced Computing Center* em 2018 e a implementação da Rede Nacional de Computação Avançada (RNCA) em 2019, Portugal apresenta em 2020 quatro centros operacionais que disponibilizam recursos de HPC a todas as áreas e comunidades interessadas:

- *Minho Advanced Computing Center* | Plataforma Bob (e Deucalion em 2021)
- Laboratório de Computação Avançada da UCoimbra | Plataforma Navigator
- *High Performance Computing* da UÉvora | Plataforma Oblivion
- Infraestrutura Nacional de Computação Distribuída | Plataforma Cirrus

Além destes centros, está já programada na RNCA (Rede Nacional de Computação Avançada) uma rede de Centros de Competência e Visualização, que em conjunto com o projeto *EuroCC* do *EuroHPC*, irá interagir com o ensino superior, empresas, administração pública e público em geral. Em colaboração com os DIHs, esta visa dinamizar o uso de HPC, aumentar a competitividade nacional e a eficiência no tratamento de grandes volumes de dados. O interesse e necessidade desta tecnologia torna-se patente com a 1ª. edição do Concurso de Projetos de Computação Avançada em 2020 onde foram contabilizadas mais de 100 candidaturas a recursos computacionais, com representatividade a nível de todos os domínios científicos e regiões NUTII. O DEP, através do SO1, e alinhado com a Estratégia Nacional de Computação Avançada, poderá co-financiar esta infraestrutura promovendo parcerias, sinergias e ações nas áreas-chave de conhecimento: saúde, clima, energia, mobilidade e sociedade.



Figura 10. Diagrama com os 3 eixos da Estratégia Nacional de CA e áreas-chave de conhecimento
 Fonte: Advanced Computing Portugal.2030

Metas a Atingir

- Instalação dos Supercomputadores DEUCALION e MARENOSTRUM 5, dois projetos EuroHPC aprovados em 2019, disponibilizando os recursos disponíveis às comunidades de investigação e inovação através de concursos públicos e protocolos estratégicos.
- Promoção e expansão da RNCA - Rede Nacional de Computação Avançada - para implementação de uma infraestrutura unificada e especializada de serviços HPC - High Performance Computing, AI, Data storage, Cloud Computing, Quantum computing.
- Instalação na RNCA de pelo menos 6 Centros de Competência e Visualização distribuídos geograficamente por diversos CCDR.
- Criação do Centro de Competências Nacional na área da Computação Avançada, financiado no âmbito do projeto EuroCC pela EuroHPC com início em 2020 e coordenado pela FCT.
- Instalação dos centros de competência e visualização na Universidade do Porto, Universidade de Lisboa e Universidade do Algarve (este último já em progresso).
- Aumento da utilização das infraestruturas de processamento de dados em Portugal por um fator de 10– citando o exemplo do Supercomputador Português “Bob”, o cluster HPC em Riba

d'Ave que tem acolhido dezenas de projetos de investigação e inovação na sua fase piloto (ver figura).

- Cooperação com os programas já existentes da Go Portugal (UTAustin, MIT, CMU) outras parcerias internacionais como o PRACE e RES/RICA.
- Coordenação esforços com o Centro de Competências co-financiado pelo projeto EuroCC com a rede Nacional e Europeia dos *Digital Innovation Hubs* e o *Centro Nacional de Competências em Cibersegurança* - com o foco de captar empresas e administração pública para a transformação digital dos seus processos e serviços.

Ações

1. Garantir o acompanhamento direto dos concursos do DEP em articulação com o Horizonte Europa e parcerias com vista a permitir a melhor influenciar as prioridades e estabelecer sinergias com os programas nacionais;
2. Envolver *ab initio* as entidades nacionais, públicas e privadas, ligadas à AI, supercomputação e competências digitais.
3. Desenvolver ações de promoção das oportunidades para os setores industriais e serviços que possam beneficiar da utilização de HPC.
4. Atualizar a infraestrutura digital nacional ao nível da conectividade, dos *Datacenters* e Supercomputadores (citando o Bob, Navigator, Oblivion, Cirrus e futuras máquinas que venham a ser instalados).
5. Promover a utilização da Computação Avançada nas modalidades de HPC, HTC e Cloud junto da comunidade académica, indústria e administração pública através de disponibilização dos recursos da RNCA em concursos de projetos de computação avançada promovidos pela FCT (cuja primeira edição foi em 2020).

Inteligência Artificial

Introdução

O DEP prevê três vertentes de trabalho para a **inteligência artificial** durante os primeiros 2 anos de implementação do programa:

1. **Data4EU** – oferecerá às empresas e ao setor público o acesso a ferramentas e componentes de inteligência artificial assim como recursos de dados em setores industriais e societários chave, baseados numa infraestrutura de nuvem federada. O foco será na implantação dos *data spaces* para o *green deal*, mobilidade, manufatura, agricultura e património cultural. Os *data spaces* serão suportados por um centro de coordenação que permitirá a reutilização de dados entre setores. De forma a garantir a soberania, sustentabilidade e segurança, os *data spaces* contarão com uma infraestrutura e serviços *cloud-to-edge*.
2. A **plataforma “AI on demand”** - será consolidada como uma ferramenta central de recursos de AI necessários para a utilização pela indústria e setor público. Financiada a 100%. **Instalações de testes de referência (Testing and Experimentation Facilities)** – serão implementadas em cinco setores de aplicação priorizados (saúde, comunicações inteligentes e verdes, manufatura e edge AI HW). Estas instalações disponibilizarão recursos comuns, altamente especializados a ser partilhados ao nível europeu.

Portugal tem vindo a mostrar consecutivamente bons resultados nos indicadores de inovação (que incluem, mas não estão limitados, à AI), tendo sido reconhecido como dispendo de um ambiente amigo da inovação e um sistema de investigação atrativo. As instituições nacionais estão

particularmente bem posicionadas em termos da colaboração internacional em investigação nestas áreas. Assume especial relevância neste objetivo o Plano Estratégico para a Inteligência Artificial, publicado no âmbito INCoDe.2030⁵.

Metas a Atingir

De acordo com a estratégia nacional para a inteligência artificial, Portugal deve ambicionar a estimular um mercado de trabalho intensivo em conhecimento, com uma comunidade de empresas de vanguarda que produzem e exportam tecnologias de inteligência artificial, apoiada por uma academia envolvida quer na investigação fundamenta como aplicada de alto nível.

As tecnologias de AI estarão facilmente disponíveis para promover a eficiência e a qualidade de todas as atividades, incluindo PMEs, serviços públicos e para todos os cidadãos. A mão-de-obra será altamente qualificada e Portugal estará na vanguarda da educação em AI para todos. A AI melhorará a qualidade dos serviços e a eficiência dos processos, garantindo justiça, bem-estar e qualidade de vida. Os principais objetivos a atingir por Portugal em 2030, são os que seguem:

- **Crescimento Económico de elevado valor acrescentado** – o valor das tecnologias de AI para o crescimento económico será significativo;
- **Excelência Científica** – melhorar a posição da investigação fundamental e aplicada em AI da academia portuguesa (universidades, institutos politécnicos e instituições de investigação) medida em termos do impacto de publicações, medidos em termos de impacto de publicações, coordenações e colaborações internacionais;
- **Desenvolvimento Humano** – aumentar drasticamente as qualificações da força de trabalho, em particular as qualificações tecnológicas, promovendo a consciencialização e inclusão em todos os níveis de educação.

Ações a implementar:

1. Data4EU

- estimular parceiras na utilização da Cloud Europeia e DataSpaces, promovendo a soberania Europeia em relação aos dados dos seus cidadãos, promovendo o esforço tecnológico de implementação destas plataformas, incluindo na definição de protocolos de interoperabilidade entre diferentes setores.
- Cooperar com as entidades reguladoras, agências e o EOSC (European Open Science Cloud) na geração de dados e metadados de qualidade, facilmente acessíveis e armazenados de forma segura. Os esforços realizados pela Ciência Aberta podem servir de ponto de partida e dar suporte a outras áreas societais.
- Apoiar a participação Portuguesa no mercado único como fornecedor e cliente dos dados, ao nível da formação e ensino superior, nas áreas ligadas ao Green Deal, mobilidade, indústria, agricultura e cultura. Os DataSpaces nessas áreas poderão ter acesso a grants de 50% (75% para PMEs).

2. Plataforma AI *on demand*

- Mapear entidades nacionais com competências em AI e estimular o registo na plataforma das que possam disponibilizar serviços a nível europeu.
- Promover amplamente a plataforma junto de entidades com interesse e/ou a desenvolver atividades de investigação e inovação em AI.
- Estimular o envolvimento de entidades nacionais no consórcio que implementa a iniciativa.

⁵ https://www.incode2030.gov.pt/sites/default/files/julho_incode_brochura.pdf

3. Testing and Experimentation Facilities

- Promover o mapeamento das entidades nacionais que possam albergar, participar ou usar uma TEF e decidir onde PT pretende apostar
- estimular estratégias de posicionamento para potenciar a exploração destas iniciativas, quer como TEF quer como utilizador, em colaboração com as iniciativas de outros EM.

4. Manufacturing

- Alargar o mapeamento já realizado com recurso ao Produtech sobre infraestruturas tecnológicas com capacidade de desenvolver pilotos à escala real

5. Saúde

- Mobilizar os SPMS para agregar dados de hospitais e estimular instituições, empresas e unidades de IT/Saúde em Portugal para utilizar TEF.

6. Mobilidade

- Mobilizar cidades e casos de projetos piloto para a apropriação de novos sistemas.

Cibersegurança e Confiança

Metas a Atingir

- Estabelecimento de um Centro de Coordenação Nacional de Competências em Cibersegurança no âmbito da cooperação com o Centro Europeu de Competências Industriais, Tecnológicas e de Investigação em Cibersegurança e com a Rede de Centros Nacionais de Coordenação.
- Dinamização da Comunidade de Competências em Cibersegurança, envolvendo particularmente entidades ligadas ao Sistema Científico e Tecnológico Nacional, empresas e o setor público.
- Implementar o Sistema Nacional de Certificação em Cibersegurança estimulando a confiança nas organizações e na utilização de soluções tecnológicas e processos alinhados com as melhores práticas e normas, bem como no mercado digital.
- Instalar uma rede de polos de inovação digital com competências em Cibersegurança para apoiar os processos de transformação digital das organizações (em ligação com o Objetivo Específico 5 do Programa Europa Digital).

Ações

- Definir sinergias e relações de cooperação entre o Centro Nacional de Cibersegurança, enquanto Autoridade Nacional de Cibersegurança, a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., enquanto agência pública nacional de apoio à investigação em ciência, tecnologia e inovação, e a Agência Nacional de Inovação, S. A., enquanto entidade com responsabilidade no desenvolvimento de ações destinadas a apoiar a inovação tecnológica e empresarial em Portugal, com vista à formalização do Centro de Coordenação Nacional de Competências em Cibersegurança;
- Estabelecer uma rede nacional de Centros de Competências em Cibersegurança, alinhada com os objetivos definidos para o Centro de Coordenação Nacional de Competências em Cibersegurança, com vista a uma ação coordenada e em complementaridade com os polos de inovação digital para responder às necessidades nesta área;
- Fomentar uma maior participação de entidades regionais e nacionais pertencentes ao Sistema Científico e Tecnológico Nacional e ao tecido económico, bem como organismos e serviços da Administração Pública, nos programas de financiamento europeu que compreendam linhas para o desenvolvimento de capacidades em Cibersegurança;
- Mobilizar entidades regionais e nacionais pertencentes ao Sistema Científico e Tecnológico Nacional e ao tecido económico, bem como organismos e serviços da Administração Pública,

para a criação de sinergias com vista responder a necessidades identificadas no domínio da Cibersegurança de natureza da capacitação tecnológica das organizações e na capacitação e especialização de pessoas;

- Apoiar as organizações, incluindo as dos domínios de interesse público, e as regiões nos seus processos de transformação digital recorrendo ao conhecimento e competências, nacionais e europeias, disponibilizados pelos centros de competências e polos de inovação digital em matérias de Cibersegurança, estabelecendo a relação necessária com outras especializações temáticas como são a Inteligência Artificial e a Computação de Alto Desempenho;
- Promover a adoção pelas organizações de quadros de referências e normativos reconhecidos com vista ao cumprimento de requisitos de segurança das suas infraestruturas, processos e serviços por forma a reduzir o risco associado às ciberameaças;
- Adaptar a oferta formativa em Cibersegurança nos diversos níveis de conhecimento – competências básicas e avançadas –, incluindo o ensino formal, às necessidades nacionais e setoriais decorrentes do avanço tecnológico e social (em ligação com o Objetivo Específico 4 do Programa Europa Digital);
- Implementar a Academia de Cibersegurança com vista a qualificar e requalificar profissionais com competências avançadas em Cibersegurança.

Competências Digitais Avançadas

Metas a Atingir e Ações a implementar:

- Promover a oferta académica e de pós-graduações profissionais, para públicos adultos diplomados de todas as áreas científicas, incidindo sobre fundamentos e aplicações das principais tecnologias digitais emergentes, designadamente IA, Cibersegurança, Blockchain, Computação Avançada, Big Data e IoT, assim como programas de formação para requalificação dos licenciados em áreas das Tecnologias da Informação da Comunicação e Eletrónica;
- Promoção de competências na área das TIC, através da criação de Academias Tecnológicas de empresas tecnológicas nas IES
- Promoção de programas de doutoramento em áreas tecnológicas emergentes, designadamente em colaboração internacional e envolvendo atividades de I&D em cooperação com instituições públicas e/ou privadas.

2.6 Sinergias entre programas

O futuro Programa Europeu do Espaço, tal como com o programa Digital Europeu, DEP, são complementares com toda a atividade de I&D a ser desenvolvida no programa Horizonte Europa, requerendo uma ação de articulação contínua através do PERIN. Por exemplo, no caso do Espaço, devem ser considerados sectores *up stream* e *down stream* e inclui o desenvolvimento dos dados e serviços produzidos pelas constelações do Galileo e do Copernicus. No caso do DEP, as lógicas de intervenção são complementares com a componente de I&D do Digital a ser realizado no âmbito do Horizonte Europa incluindo computação avançada, AI, cibersegurança, entre outras áreas. As infraestruturas do DEP são, por sua vez, colocadas à disposição dos sistemas de investigação. No âmbito do programa Erasmus+, a mobilidade internacional de crédito conta com outras fontes de financiamento da EU e as Universidades Europeias são cofinanciadas pelo Horizonte Europa para apoio à dimensão de Investigação e Inovação.

Mas as sinergias com outros programas não se esgotam nestes termos, devendo ser ainda considerados:

- Os programas de apoio à agricultura;
- O programa Connecting Europe Facility (CEF) para apoio à I&D na área dos transportes, energia e no sector das infraestruturas digitais promovendo também o *'deployment'* das tecnologias em fase de adaptação pelo mercado;
- O Programa Life que apoia a difusão e adoção dos resultados de I&D desenvolvidos no quadro do Horizonte Europa para o desenvolvimento da Política Climática;
- O programa *Invest EU* para o financiamento do *'blended finance'* do EIC e PME através da janela de I&D;
- o Fundo Europeu de Defesa, o qual é parte do Horizonte Europa como programa específico nomeadamente na componente de I&D, com clara separação entre as atividades civis e de natureza militar.
- O “Selo de Excelência” concedido a propostas de projetos apresentadas ao Horizonte 2020, que embora de comprovada qualidade não podem ser financiadas devido a limitações orçamentais, tendo como objetivo ajudar essas propostas a encontrar financiamento alternativo. Prevê-se que este instrumento seja também aplicado a propostas no âmbito do Programa Erasmus+ 2021-2027. Caso o financiamento alternativo se verifique tais propostas serão implementadas em consonância com as regras da fonte de financiamento aplicável.

Meta a atingir

- Melhor explorar as sinergias com outros programas de modo a garantir uma ação mais coerente e complementar na divulgação das ações e no direcionamento dos proponentes para os programas que melhor se adequam às suas necessidades.

Ações

- Criação de uma *task force* no âmbito do PERIN para estimular o diálogo com as entidades que gerem outros programas e mandar os NCP respetivos para explorarem as sinergias com outros programas.